



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008286-30.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **HELTON LUIZ CALADO**  
 Requerido: **PELEGUI AUTOMÓVEIS (Pedro Cavarette)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em consertar o defeito apresentado em câmbio de automóvel que ela lhe vendeu.

A ré em contestação refutou ter alienado o veículo em apreço ao autor, confirmando somente que intermediou tal negócio para um amigo, anterior proprietário do mesmo.

Reputo a partir do panorama delineado nos autos que os fatos constitutivos do direito do autor não restaram suficientemente comprovados.

Com efeito, a venda por parte da ré não ficou definida com a indispensável clareza, especialmente diante de sua negativa a propósito, não servindo os documentos de fls. 03/04 como comprovação efetiva disso até porque sequer se referem a ela nominalmente.

Como se não bastasse, nem mesmo o problema de funcionamento do automóvel ficou demonstrado, especialmente quanto à sua condição de vício oculto necessária à responsabilização do vendedor.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

O documento de fl. 05 não se presta a isso.

É relevante assinalar que as partes foram instadas a manifestar o interesse no alargamento da dilação probatória (fl. 13), mas permaneceram silentes (fl. 20).

Assim, e considerando o pálido quadro probatório que emana dos dados coligidos aos autos, a pretensão deduzida não há de prosperar à míngua de suporte para alicerçar a existência da obrigação imputada à ré.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**